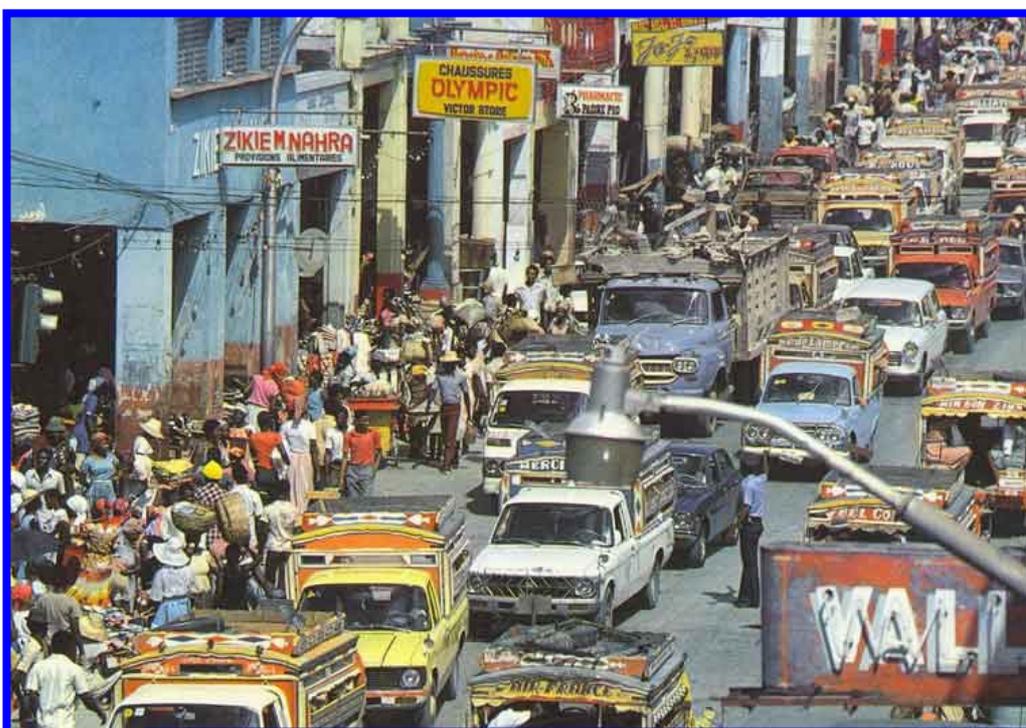


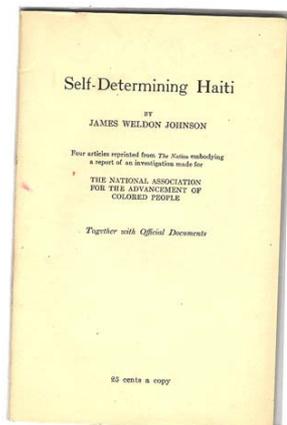
# A dominação dos Estados Unidos no Haiti

Estive no Haiti no início dos anos 1980. Pouco do que descreve Weldon Johnson, sobre o país, no texto que vai se seguir, ainda restava. Comandava o Haiti, Jean-Claude Duvalier, apelidado de Baby Doc, por ser filho do ditador François Duvalier, Papa Doc (1907-1971). A influência dos Estados Unidos no estado de coisas que vi naquela estada, e a de hoje em dia, quando tropas do Brasil, em nome da ONU, buscam manter a ordem na ilha, poderá ser avaliada por quem lendo o material aqui contido, se interesse em buscar causas de tão profunda decadência.

É relevante, pois, o material jornalístico de um cidadão dos Estados Unidos da América, retratando na sua visão um Haiti e seu povo vítimas de um processo terrível de opressão e exploração já no início do século passado.



*James Weldon Johnson*  
**Self-Determining Haiti**  
 [New York: The Nation, 1920.]



Em 1916, após servir como cônsul dos EUA na Venezuela e Nicarágua, Johnson iniciou uma nova carreira, então como secretário “in loco”, para a NAACP<sup>1</sup>. Durante quatorze anos com essa organização, constituiu-se num ativo porta-voz, lobista e investigador. Em 1920, foi enviado pela NAACP ao Haiti para investigar as condições no país, que estava sob ocupação dos fuzileiros navais americanos, desde 1915. Johnson publicou uma série de artigos em “The Nation” onde revelava a brutalidade da ocupação Americana e oferecia sugestões para o desenvolvimento econômico e social da ilha. Esses artigos foram relançados sob título “*Self-Determining Haiti*”.

### Autodeterminação do Haiti

*James Weldon Johnson*, em “*The Nation*”, 1920  
 Tradução: José Luiz P. da Costa, 2009

#### I – A Ocupação Americana.

Para compreender as razões da presente situação política no Haiti; para entender por que os Estados Unidos acamparam e por cinco anos já mantêm tropas no país; por que cerca de três mil haitianos, homens, mulheres e crianças foram todos abatidos por rifles e metralhadoras dos americanos, se faz necessário, dentre outras coisas, saber que o *National City Bank*, de Nova York, controla o Banco Nacional do Haiti, e é o depositário de todos os fundos nacionais do Haiti, que estão sendo recolhidos por funcionários americanos, e que o Sr. R. L. Farham, vice-presidente desse banco, é virtualmente o representante do Departamento de Estado em matérias relacionadas à república insular. Muitos americanos sustentam a opinião – os que têm alguma – de que os Estados Unidos foram, baseados puramente em princípios humanitários, levados a intervir na república negra, face ao trágico golpe de Estado que resultou na derrubada e assassinato do presidente Vilbrum Guillaume Sam e na execução de prisioneiros políticos confinados em Porto Príncipe, entre 27 e 28 de julho de 1915; e que este governo foi compelido a

<sup>1</sup> NAACP, Associação Nacional para o Desenvolvimento das Pessoas de Cor.

manter uma força militar no Haiti desde então, a fim de pacificar o país e manter a ordem.

O Fato é que por cerca de um ano antes da intervenção forçada por parte dos Estados Unidos seu governo estava buscando compelir o Haiti a submeter-se a uma intervenção “pacífica”. Em fins de 1914, os Estados Unidos notificaram o governo haitiano de que se mostrava propenso a reconhecer o recentemente eleito presidente Theodore Davilmar, tão pronto uma delegação do Haiti viesse a assinar em Washington “protocolos satisfatórios”, referentes ao modelo da Convenção Dominicana-americana. Em 15 de dezembro de 1914, o governo haitiano, por intermédio de seu ministro das Relações Exteriores, respondeu: “O Governo da República do Haiti considerar-se-ia negligente em seus deveres para com os Estados Unidos e para consigo mesmo se silenciasse à menor dúvida quanto à sua irrevogável intenção de não aceitar qualquer controle da administração dos negócios do Haiti por uma potência estrangeira”. Em 19 de dezembro, os Estados Unidos por intermédio de sua legação em Porto Príncipe responderam que sua intenção de fazer no Haiti o que haviam feito em Santo Domingo, ocorria por um “desinteressado desejo de prestar assistência”.

Dois meses depois, o governo de Theodore foi deposto por uma revolução e Vilburn Guillaume elegeu-se presidente. Logo em seguida, chegou a Porto Príncipe, vinda de Washington, uma delegação americana – Missão Ford. Seus delegados foram recebidos no Palácio do Governo, tentando retomar as discussões que haviam sido interrompidas em dezembro de 1914. Todavia, lhe faltava poderes impedindo o progresso das conversas. Após vários dias, a Missão Ford retornou aos Estados Unidos. Mas, logo após, em maio, os Estados Unidos enviaram para o Haiti o Sr. Paul Fuller, Jr., com o título de Enviado Extraordinário, na missão especial de notificar ao governo haitiano de que a administração Guillaume não seria reconhecida pelos Estados Unidos, a menos que o Haiti aceitasse e assinasse o acordo que lhe estaria sendo apresentado pelo enviado. Após haver examinado a proposta, o governo do Haiti submeteu à missão americana uma contraproposta, formulando as condições sob as quais seria possível e aceitável a assistência americana. A essa contraproposta Fuller propôs certas modificações, algumas das quais eram aceitáveis pelo governo haitiano. Em 5 de junho de 1915, Fuller acusou o recebimento do comunicado haitiano contendo as alterações, e deixou Porto Príncipe.

Antes que ocorresse qualquer desdobramento na missão Fuller, incidentes políticos no Haiti levaram o país rapidamente aos eventos de 27 e 28 de julho. No dia 27, o presidente Guillaume escapou para a Embaixada da França, e sucedeu-se o massacre dos prisioneiros políticos, detidos na prisão de Porto Príncipe. Na manhã de 28 de julho, o presidente Guillaume foi arrancado da Embaixada e assassinado. Na tarde desse mesmo dia, um navio de guerra americano ancorou no porto da capital, desembarcando tropas. Deve-se considerar, aqui, que em meio a todos esses eventos a vida de nenhum norte-americano foi tomada ou posta em risco.

A deposição de Guillaume e suas conseqüências não se constituem na causa da intervenção americana, mas apenas fornecera o aguardado ensejo. Desde 28 de julho de 1915, forças militares americanas controlaram o Haiti. O contingente foi aumentando, atingindo atualmente cerca de 3 mil militares a força em armas na república. Desde bem cedo, a postura dos ocupantes fora

de quem lidava com um território conquistado. As forças haitianas foram desarmadas, quartéis e postos militares ocupados e o Palácio do Governo da República foi transformado em quartel general da Ocupação. Após haverem selecionado um novo e aceitável presidente para o país, medidas foram tomadas para que o novo governo assinasse uma convenção na qual o Haiti praticamente abjurava à sua independência. Isto foi conseguido, em 16 de setembro de 1915. Implementado, o sistema aduaneiro do país deveria passar para o controle de funcionários civis americanos. Em verdade, as principais alfândegas do país foram confiscadas pelos militares, passando às mãos dos oficiais fuzileiros navais, antes do término de agosto. A aplicação dos fundos recolhidos em impostos no período da intervenção militar nas alfândegas esconde-se ainda sob o manto da censura que foi implantada no Haiti e que não permite qualquer discussão a respeito.

É interessante notar a grande diferença entre a convenção que o Haiti estava sendo forçado a assinar e àquela que estava sendo discutida quando ocorreu a intervenção. O tratado Fuller exigia pouco do Haiti e concedia algo; já o de Ocupação exigia tudo, sem concessões. Em verdade, esse era o documento que o governo do Haiti havia peremptoriamente recusado discutir em dezembro de 1914, exceto que, em adição ao controle americano às finanças do país, também previa o domínio pelos militares dos Estados Unidos das Forças Armadas do Haiti. Nenhuma dessas duas provisões estava presente no documento Fuller. Quando os Estados Unidos se acharam numa posição de total dominação, sem ter a quem indagar, usaram da força bruta para se apoderar. Mas, mesmo uma convenção que praticamente retirava a soberania do Haiti, foi considerada como insuficiente para alcançar tudo o que esperavam. A Constituição do Haiti ainda oferecia alguns empecilhos, tendo sido, por isso, decidido que o país deveria ter uma nova Carta, que foi minutada e oferecida à Assembléia Nacional para ratificação. Os deputados empacaram: especialmente confrontados com o artigo que removia a segurança constitucional que afastava os estrangeiros de possuir terras no país. O Haiti de há muito considerava essa cláusula como seu principal baluarte contra opressiva exploração econômica; e deve-se admitir que o país tinha mais razão do que muitos estados, dentro dos Estados Unidos, que mantinham disposições legais semelhantes.

Como resultado da posição independente da Assembléia, essa foi dissolvida pelos militares americanos, e o prédio lacrado. O Haiti, desde então, ficou sem Poder Legislativo. A desejada Constituição foi submetida a um plebiscito por decreto do presidente, mesmo que esse processo de revisão constitucional fosse inconstitucional. Sob as circunstâncias da ocupação, o plebiscito era, claro, quase unânime em favor da alteração; assim que a nova Constituição foi promulgada em 18 de junho de 1918. Por isto, ao Haiti foi dada uma nova Carta em um flagrante método anticonstitucional. O novo documento trazia várias mudanças fundamentais e incluía um “Artigo Especial”, que declara:

*Todos os atos de governo, dos Estados Unidos, durante a Ocupação são ratificados e confirmados.*

*Nenhum haitiano será sujeito a processo civil ou criminal por ato praticado por ordem da Ocupação ou sob sua autoridade.*

*Os atos das cortes marciais da Ocupação, sem, todavia, infringir no direito ao perdão, não serão sujeitas à revisão.*

*Os atos de Poder Executivo (o Presidente) até a promulgação da presente Constituição são, da mesma forma, ratificados e confirmados.*

Acima estão, em ordem cronológica, os passos principais pelos quais a independência de uma república vizinha foi removida, seu povo posto sob dominação militar da qual não tem a quem apelar, e exposto a exploração econômica estrangeira contra a qual está indefenso. Tudo isto em nome do governo dos Estados Unidos – contudo, sem qualquer ato do Congresso e sem o conhecimento do povo americano.

A forma como o Haiti é governado hoje é a lei marcial administrada pelos americanos. Existe um governo formal haitiano, mas é totalmente dominado pela Ocupação. O presidente Dartiguenave, amargamente rebelde em seu âmago, como todo o bom haitiano, confessou-me a sua impotência e de seu gabinete. Disse-me que as autoridades americanas não prestam qualquer atenção às recomendações por ele feitas ou por seus subordinados; que sequer discutem matérias sobre as quais funcionários haitianos têm mais conhecimento. As provisões, tanto da nova quanto da antiga Constituição são ignoradas – não há poder legislativo, tampouco houve algum desde a dissolução da Assembléia Nacional em abril de 1916. Em seu lugar funciona um Conselho de Estado integrado por vinte e uma pessoas indicadas pelo presidente, que funciona efetivamente apenas quando portadores da vontade da Ocupação. De fato, comumente a Ocupação se sobrepõe a decisões das cortes civis. Um prisioneiro apresentado ao júízo capaz, inocentado, posto em liberdade, é, contudo, detido pelos militares. Todos os impostos governamentais são coletados pela Ocupação e gastos à sua vontade e prazer. Grande parte desses fundos são gastos na manutenção das forças militares. Há estrita censura da imprensa. Nenhum jornal haitiano é autorizado a publicar qualquer crítica à Ocupação ou ao governo do país. Cada um dos jornais recebeu uma ordem nesse sentido, *sendo que junto com a ordem vinha a instrução para que a mesma não fosse publicada*. Nada que possa se refletir sobre a administração da Ocupação é permitido alcançar aos jornais americanos.

O povo haitiano reclama com razão que a convenção firmada não apenas é inimiga dos interesses do país, mas também que, da forma como está sendo implementada, não se enquadra no teor de seu texto, tampouco no espírito que levou a ser acordada. Exceto uma, todas as obrigações contidas na convenção que os EUA assumem cumprir em favor do Haiti estão capituladas no primeiro artigo desse documento, os demais quatorze artigos se constituem, substancialmente, em obrigações do Haiti para com os Estados Unidos. Não se encontra em nenhum desses quatorze artigos algo que indique que o Haiti deva sujeitar-se à dominação militar. No primeiro artigo, os Estados Unidos se comprometem a “ajudar o governo haitiano para o adequado e eficiente desenvolvimento de suas reservas agrícolas, minerais e comerciais e na colocação das finanças do Haiti em firmes e sólidas bases”. E toda a convenção, especialmente as afirmações dos Estados Unidos antes da assinatura do documento, leva à única conclusão de que o auxílio seria concedido sob a supervisão de servidores civis.

A primeira promessa dos Estados Unidos ao Haiti não contida no primeiro artigo da convenção é aquela da cláusula do artigo 14 que diz: “e, em caso de necessidade, os Estados Unidos prestarão um auxílio efetivo para a preservação da independência haitiana e à manutenção de um governo

bastante para a proteção da vida, propriedade e liberdade individual. É o máximo da ironia que a cláusula estipulando que os haitianos têm o direito de interpretar como uma garantia para si contra invasão estrangeira deva ser antes de tudo invocada contra o próprio povo haitiano, e ofereça o único pretexto segundo o qual qualquer pretensão ao direito de uma dominação militar possa ser suspensa.

Existem diversas forças – financeiras, militares, burocráticas – atuando no Haiti as quais, tendendo a agravar as condições que elas mesmas criaram, esforçam-se para se autoperpetuar. O mais sinistro nisto, a ingestão financeira do Haiti pelo Banco Nacional de Nova York, também aqui já aludida, será discutida em detalhe em artigo subsequente. A Ocupação militar fez e continua a fazer-se necessária. A justificativa dada é a de que é indispensável para a pacificação do país. Pacificação jamais teria sido necessária não houvesse as forças policiais americanas serem compostas de tantos asnáticos e estúpidos, e nunca será efetiva enquanto “pacificação” significar meramente a caçada de maltrapilhos haitianos nas colinas com o uso de metralhadoras. Então, existe ainda a força representada por várias centenas de quebra-galhos americanos civis. Estes encontraram, no Haiti, a verdadeira terra da promessa, onde existe “empregos à medida para democratas”, gente que, naturalmente, não deseja ver o estado atual de coisas interrompido. Esses escolhidos, democratas na sua maioria, vêm do Sul. O chefe do serviço de alfândega no Haiti era escriturário em um das comunas da Louisiana. O segundo em comando dos serviços de aduana era alguém que fora subcoletor de alfândega, em Pascagoula, no Mississippi [população de 3.379 habitantes, em 1910]. O superintendente de Instrução Pública era um mestre de escola na Louisiana – um estado que não mantém boas escolas, nem para as crianças brancas; o conselheiro de finanças, senhor McIlhenny, também era do mesmo estado.

Muitos dos servidores da Ocupação estão na mesma categoria dos civis quebra-galhos. Esses levaram suas esposas e famílias para o Haiti. Os postados em Porto Príncipe vivem em elegantes vilas. Pessoas que não teriam posses para empregar uma doméstica, nos EUA, lá contam com meia dúzia de empregados. Movimentam-se em automóveis, não de sua propriedade. Cada chefe de departamento, americano, possui um automóvel com despesas pagas pelo governo do Haiti, embora membros do gabinete haitiano que, teoricamente, lhes são superiores, não desfrutam de tal vantagem ou luxo. Enquanto estive lá, o próprio presidente era obrigado, em viagens ao interior do país, a solicitar viatura à Ocupação. O mestre de escola, da Luisiana, superintendente de Instrução, dispunha de um automóvel fornecido e sustentado pelo governo, enquanto o ministro haitiano da Instrução Pública, supostamente superior, não dispunha de qualquer veículo. Essas viaturas, parece que tinham por função oferecer às mulheres e crianças um passeio nas tardes. É divertido, para em oposto não dizer enlouquecedor, para os haitianos, contemplar o ar de desdém com que essas pessoas os encaram, enquanto desfilam pela cidade nas viaturas.

A plataforma adotada pelo Partido Democrático, em São Francisco, assinalou a respeito da política de Wilson no México:

*À Administração – lembrando sempre que o México é uma nação independente e que a permanente estabilidade no seu governo e em suas instituições poderá vir somente da aprovação de seu povo a um governo de sua gente – tem sido ruim tanto o lucro pelos infortúnios do povo do México, quanto o debilitar seu futuro impondo do exterior regras sobre suas temporariamente confusas instituições.*

O Haiti nunca foi tão confuso em suas instituições quanto o México. E mesmo nos momentos de grande insatisfação e antagonismo, jamais se viu o assassinato de um cidadão americano; em tempo nenhum molestaram uma mulher americana, nunca danificaram qualquer das propriedades dos EUA. Entretanto, a administração cujo elevado propósito foi proclamado como acima – com menos justificativa do que a invasão austríaca sobre a Sérvia, ou o rapto da Alemanha sobre a Bélgica – sem qualquer outro mandato, senão a doutrina do “poder faz o direito”, conquistou o Haiti. Isto ocorria bem no período em que, pela palavra dos chefes porta-vozes, nossos filhos perdiam suas vidas no exterior “lutando pela democracia, pelos direitos daqueles que se submetiam ao autoritarismo, para terem voz dentre seus próprios governos; pelos direitos e liberdades de pequenas nações”. Sob o comando do autor de “impiedosa publicidade” e criador de “convenções em aberto, prontas para alcançar objetivo”, reforçadas pelo uso de baionetas – uma convenção cujo segredo tem sido muito bem guardado por uma rígida censura da nação americana – conserva-se um povo escravizado pela tirania militar, cujo propósito confesso é causar destruição mundo afora.

## II – O QUE OS ESTADOS UNIDOS CONSEGUIRAM

Quando a verdade acerca da conquista do Haiti – o morticínio de três mil, e praticamente desarmados, haitianos, com a incidentalmente desnecessária morte de um bom número de jovens americanos – começar a filtrar ao povo dos Estados Unidos, permeando a rígida censura administrativa, os apologistas entrarão em ação. Sua justificativa para aquilo que foi feito recairá: um, na necessidade; dois, nos resultados. Sob o primeiro, muita ênfase será dada quanto à “anarquia” que existe no Haiti, sobre o atraso dos haitianos e sua mais completa incapacidade de ter um autogoverno. O pretexto que fez causar a intervenção está posta no primeiro artigo desta série. As características, alegadas e reais, do povo haitiano, serão analisadas em artigo subsequente. Os apologistas tentarão mostrar que a melhoria material do Haiti justifica a intervenção americana. Vejamos de que se trata.

Levantamento diligente revela apenas três: A construção da estrada ligando Porto Príncipe a Cabo Haitiano; a melhoria de certas regulamentações sanitárias nas maiores cidades; e a melhoria do hospital público de Porto Príncipe. O aperfeiçoamento de certas normas sanitárias não é tão importante quanto aparenta, posto que sob exclusiva direção nacional, o Haiti era um país de notável nível sanitário, sem ter nunca sofrido das epidemias que costumavam varrer Cuba e a região do canal do Panamá. As regulamentações, ainda mais, eram simplesmente de importância menor, de tal sorte que poderiam ser emitidas por uma diretoria local de saúde, como ocorre em qualquer metrópole ou cidade dos EUA. O mesmo ocorre quanto à melhoria do hospital, muito antes da Ocupação Americana – uma instituição eficazmente conduzida, mas a qual, justo é pelo menos dizer, beneficiada consideravelmente pelos regulamentos e métodos mais modernos dos médicos militares americanos – os melhores no mundo. Nenhum desses argumentos, tão meritórios quanto possam ser, podem ser postos como elementos a justificar uma dominação militar. A construção de uma grande rodovia ligando Porto Príncipe a Cabo Haitiano é uma monumental obra, mas é duvidoso saber-se se a construção tinha por objetivo facilitar o trânsito dos nacionais ou

apenas ligar, para fins militares, um a outro extremo da ilha. E essa estrada soma o total construtivo conseguido após cinco anos de Ocupação Americana.

Agora, a rodovia, sem dúvidas a mais importante conquista dentre as três, envolve a mais brutal de todas as asneiras da Ocupação. O trabalho esteve a cargo de um oficial dos fuzileiros navais, um brutamontes fora dos padrões dessa Arma. Ele descobriu a obsoleta corvéia haitiana e decidiu impor os mais modernos métodos de eficiência da Marinha. A corvéia, ou lei da estrada, era uma lei haitiana muito antiga, segundo a qual cada cidadão deveria trabalhar um certo número de dias para o bem público, conservando as estradas ou pagando ao Estado um certo imposto. Em tempos de vigência dessa lei o governo do Haiti jamais exigiu que as pessoas trabalhassem nas estradas, senão que aqueles trechos de suas comunidades e o número de dias se limitava a três por ano. A Ocupação, todavia, os convocava em qualquer parte que estivessem, e nenhuma alma haitiana estava a salvo das incursões de busca, que em muito lembravam às caçadas, nos séculos anteriores, de seres na África para a escravatura. E isso era escravidão de fato, ainda que temporária. De dia ou de noite, do seio de suas famílias, de suas chácaras ou enquanto penavam pacificamente no caminho de suas estradas, haitianos eram seqüestrados e à força levados para penar, por meses, trabalhando em distantes partes do país. Aqueles que resistiam ou protestavam, eram espancados até a submissão. À noite, após longas horas de labor sob as ordens de guardiões armados, que prontamente desencorajavam qualquer resistência, com suas botinas ou armas, as vítimas eram arrebanhadas em galpões. Naqueles que tentavam fugir, eram disparados tiros de fuzil. As famílias aterrorizadas, enquanto isto, se mantinham na mais completa ignorância sobre o paradeiros ou o destino de seus maridos, pais e irmãos. É principalmente a partir destes métodos que surgiu uma necessidade de “pacificação”. Muitos homens dos distritos rurais entraram em pânico e começaram a fugir para as colinas e montanhas. Outros se rebelaram, preferindo a morte à escravidão. Refugiados, em grande número, fizeram surgir as forças “caco”, para enfrentar aquilo que havia se tornado um dever e esporte para os fuzileiros navais americanos, que tinham permissão para matar os “cacos”. Se alguém duvida de que houve a caça aos “cacos”, que fique sabendo a respeito da morte de Charlemagne. Charlemagne Peralite era um haitiano educado e culto, com grande influência em seu distrito. Ele foi julgado por uma corte marcial americana acusado de ajudar aos “cacos”. Ele não foi condenado à prisão, mas a cinco anos de trabalho forçado nas estradas, sendo obrigado a trabalhar, com uniforme de presidiário, nas ruas de Cabo Haitiano. Enfim, conseguiu fugir e passou a liderar várias centenas de seguidores, numa arrojada, porém inócua, tentativa de libertar o Haiti. Se na América da Revolução, ou a da Guerra Civil, um homem como ele seria consagrado como herói, jamais como criminoso. Peralite encontrou a morte não em batalha, tampouco numa tentativa de ser capturado, senão que por uma ação covarde. Próximo a uma fogueira, foi baleado a sangue frio por um oficial dos fuzileiros navais, encoberto pela escuridão. Esse oficial havia chegado ao campo dos haitianos por meio do suborno e da trapaça. Esse ato, que não fora mais do que assassinato, foi registrado como um exemplo do heroísmo americano. Desse fato, Harry Franck escrevendo em *The June Century*, sobre “A morte de Charlemagne”, diz: Por certo pode-se nivelá-lo com qualquer outro guerreiro, desde os gregos até a recente guerra mundial”. A América deveria ler “A Morte

de Charlemagne”, que busca glorificar uma nódoa negra nas forças armadas e tradição dos EUA.

Há uma razão pela qual os métodos empregados na construção de estradas afetaram o povo do Haiti, de uma forma que não teria afetado o povo de qualquer outro país latino-americano. Nunca, desde a independência, houve uma figura tal chamada peão. A revolução pela qual o Haiti logrou sua independência não foi meramente política, também foi uma revolução social. Dentre as muitas e radicais mudanças implantadas está a repartição de grandes lotes de terras, transformando-os em minifúndios, concedidos aos ex-escravos. Assim, todo o haitiano dos distritos rurais, ocupava sua própria terra, onde outrora, por quase século, haviam trabalhado para outrem. Não importa quão grande ou pequeno seja a propriedade, tampouco se consegue extrair pouco ou muito dela – a verdade é que ele é um agricultor independente.

A rodovia concluída, a mais, continuou sendo um espinho na ferida haitiana. Movendo-se sem controle qualquer de velocidade, automóveis põem em risco os nacionais que se deslocam carregando objetos nas cabeças, ou animais com produtos no dorso, rumando em direção aos mercados. Eu mesmo constatei as pessoas aterrorizadas, buscando refúgio dos bólidos ruidosamente deslocando-se montanha abaixo. Assisti o cavalo de uma mulher do mercado ser arremessado à distância, estatelando-se com a mercadoria espalhada por todos os lados. Vi um americano, caixeiro viajante, narrando como grande feito, haver, o carro em que se deslocava entre Cabo Haitiano e Porto Príncipe, matado um burro e dois porcos. Não lhe ocorreu por certo que aquele burrico poderia ser o principal capital de um pequeno granjeiro haitiano, e que a perda poderia representar sua falência completa. Tudo pode ser muito divertido, a menos que você seja o pedestre haitiano.

A maioria dos visitantes, chegando a Porto Príncipe, e notando as bem pavimentadas e conservadas ruas, logo conclui que isto ocorre pelo trabalho da Ocupação Americana. A Ocupação não se preocupa em refutar essa conclusão, senão que, em verdade, procurará corroborá-la. Se um pode exclamar: “Que surpresa, as ruas de Porto Príncipe são tão bem pavimentadas!” E terá, seguramente, como resposta: “Mas você deveria ter visto isto antes da Ocupação”. A insinuação aqui é que Porto Príncipe fora um buraco lamacento e que a Ocupação é a responsável por suas limpas e bem calçadas ruas. É verdade que, quando da intervenção, cinco anos atrás, havia uma ou duas ruas pavimentadas na capital haitiana, mas os contratos para calçamento de toda a cidade foram patrocinados pelo governo haitiano, assim, os trabalhos já haviam começado quando da Ocupação. As obras foram completadas durante a Ocupação, *mas esta não pavimentou, e não teve nada a ver com o calçamento de uma rua sequer em Porto Príncipe*. Uma conquista que eu gostaria de ver alcançada, durante seus cinco anos de domínio absoluto, seria a melhoria do sistema de educação pública do país. Os Estados Unidos fizeram certo esforço nessa direção, em outros países onde assumiram o controle. Em Porto Rico, Cuba e Filipinas houve, pelo menos, uma tentativa de estabelecer um sistema escolar moderno. Jovens selecionados desses países foram levados para os Estados Unidos a fim de receber treinamento e retornarem como instrutores de professores. Também, professores americanos foram enviados, em intercâmbio, para esses países. A Ocupação Americana no Haiti não avançou sequer um passo nessa direção. Nenhuma nova escola foi construída. Nenhum jovem haitiano foi enviado para os Estados Unidos para

treinamento como professor, tampouco um professor americano, branco ou negro, sequer foi enviado para lá. De acordo com o orçamento geral do Haiti, entre 1919/1920, encontram-se professores nas escolas rurais do Haiti recebendo modestos seis dólares por mês. Mas, após cinco anos de domínio americano, ainda não se encontra no país professores que mereçam mais do que essa vil remuneração.

Outra fonte de descontentamento está nas forças policiais. Quando a Ocupação tomou posse da ilha, desarmou todos os haitianos, inclusive várias forças policiais locais. Para remediar essa situação, a Convenção (artigo X), proveu que deveria ser criado, *“sem demora, um eficiente policiamento, urbano e rural, composto de cidadãos haitianos. Esse policiamento deverá ser organizado e administrado por americanos, indicados pelo presidente do Haiti, com a chancela do presidente dos Estados Unidos... Esses oficiais deverão ser substituídos por haitianos, considerados como qualificados, por uma junta de oficiais liderada pelo oficial sênior americano, onde conste também um representante haitiano”*.

Durante os primeiros meses da Ocupação oficiais da polícia haitiana foram comissionados como oficiais dos fuzileiros navais, mas a guerra levou-os todos para a Europa. Cinco anos se passaram e o policiamento é, ainda, inteiramente conduzido por fuzileiros, mas na sua maioria, quase sem exceção, são praças ou oficiais sem patente. Muitos desses homens são violentos, rudes e mal educados; em grande número vêm do Sul – assim, violentos quanto ao preconceito de cor. São os que comandam todas as ações de polícia nas comunidades e nas cidades. São incapazes de implementar, por desconhecer o jeito e o falar dos haitianos, as medidas comuns da atividade policial. Desnecessário dizer, isto se torna fonte de persistente fricção. Onde o genial “tira” americano poderia, apenas com o aceno de sua mão ou cassetete, aplicar em toda sua majestade a lei ao menino transgressor ou a algum inócuo infrator, a tática do braço-forte, na qual os fuzileiros são famosos, é prontamente invocada. O compromisso na Convenção de que *“esses oficiais deverão ser substituídos por haitianos”*, qualificados, ficou, como outros compromissos, apenas no papel. Graduados da famosa Academia Militar, francesa, St. Cyr, homens qualificados, até mesmo para atuar nas forças armadas da França, eram barrados de exercer as mais modestas posições na gendarmaria haitiana, desconsiderando-se que por sua formação e nacionalidade estariam em perfeitas condições de lidar com sua própria gente – seriam os policiais ideais para manter a paz.

A Ocupação militar do Haiti não é apenas culpa de pecados de omissão; é culpa dos pecados de comissão, em soma àqueles cometidos na construção de uma grande rodovia cruzando a ilha. Brutalidade e atrocidades da parte dos fuzileiros americanos têm ocorrido com suficiente freqüência tornando-se a causa de profundo ressentimento e terror. Fuzileiros falam sem barreiras jactando-se do que “fizeram” com alguns haitianos em distritos remotos. Métodos militares comuns de tortura fazem cativos, comumente, dizerem aquilo que não sabem ou a que são indiferentes. Pouco antes de eu deixar Porto Príncipe, vi um fuzileiro americano apanhar um menino roubando açúcar no porto. Ao invés de levá-lo preso, passou a espancá-lo com a culatra de seu rifle. Eu mesmo ouvi dos lábios de fuzileiros um bom número de casos de estupro de mulheres haitianas, por eles praticados. Comumente sento-me à mesa de cafés ou hotéis em companhia de oficiais fuzileiros navais, quando me

contam coisas, sem barreiras. Recordo a narrativa da caçada de um “caco”, empreendida por um deles. Contou de como finalmente chegaram até uma multidão que se entretinha com seu popular passatempo, a luta de galos, e obrigaram o “caco” a se entregar, na mira de metralhadoras e fuzis. Outro capitão, narrou-me a história de um cidadão “bem vestido” que assistia a uma fogueira. O capitão determinou que ele participasse do jogo, ao que o homem apenas deu de ombros à ordem. Então, o capitão foi sobre ele e deu-lhe um pontapé, arremessando-o à distância. Aí, alguém se apressou em dizer ao capitão ser aquele um ex-membro da Assembléia Nacional do Haiti. A revelação fez o incidente tornar-se ainda mais hilário para o capitão e seus fuzileiros.

Talvez o aspecto mais sério da brutalidade americana no Haiti não se encontre em casos isolados, individuais de crueldade, numerosos e indesculpáveis quanto sejam, mas na atitude americana, bem ilustrado pela diagnose de um oficial americano discutindo a situação e sua dificuldade, assim: *“O problema com todo esse negócio é que, algumas dessas gentes, com um pouco de dinheiro e educação, pensem que são tão bons quanto nós somos,”* e isto é a tônica de uma atitude de todo americano face a um haitiano. Os americanos levaram o ódio ao Haiti. Implantaram o sentimento de casta e o preconceito de cor onde antes jamais existira.

Tais são as “realizações” dos Estados Unidos no Haiti. A ocupação não apenas falhou em conquistar qualquer coisa que valesse à pena, mas tornou isto impossível de fazê-lo face à desconfiança e amargor que causou no povo haitiano. Valendo-se dos meios de que têm se servido, não importa o quanto os EUA desejem ser equilibrados com relação ao Haiti, buscando fazer da intervenção um sucesso, isto não será conseguido. Uma negociação inteiramente nova se fará mistér. Este governo forçou os líderes haitianos a aceitar a promessa de auxílio americano sob sua supervisão. Com o auxílio americano o governo haitiano não honrou o pagamento de sua dívida interna e externa, uma obrigação que, sob o autogoverno os haitianos escrupulosamente observaram. E a supervisão americana veio a se tornar uma tirania militar apoiando um programa de exploração econômica. Os Estados Unidos tiveram a oportunidade de ganhar a confiança do povo haitiano. Essa oportunidade foi destruída. Quando as tropas americanas chegaram, embora o povo haitiano estivesse sendo ultrajado, havia um sentimento de que, todavia, um esquema de cooperação fosse montado. Houve os que demonstravam esperança de os Estados Unidos, guiados por sua tradicional política de quase século e meio, buscando seu qualificado padrão posto em Cuba, sob as administrações de McKinley, Roosevelt e Taft, concederia um auxílio ao Haiti que pudesse ser considerado como do interesse dos dois países. Os haitianos que auguraram isso, hoje se mostram desapontados e revoltados. Os membros da Assembléia Nacional, embora agindo sob coerção, eram não obstante esperançosos de que os americanos cumprissem com suas promessas; pois assumiram um ato impopular, ao votar a Convenção, e também se mostram hoje desiludidos e amargurados.

Se os Estados Unidos deixassem o Haiti hoje, deixariam, em seu rastro, milhares de viúvas e órfãos gerados por sua ação; maior criminalidade do que se registrava um século atrás; ressentimento, ódio e desesperança no coração de todo o povo – ou seja, nada para atenuar a mácula à sua tradição de defensores dos direitos humanos.

### III GOVERNO DE, PELO E PARA O NATIONAL CITY BANK

Artigos anteriores desta série descreviam a Ocupação Militar do Haiti e a multidão de civis quebra-galhos, em meio às forças sediadas naquele país a fim de manter a intervenção. Todavia, mais poderosa, embora menos óbvia e mais sinistra, face seu enraizamento profundo e variado, é a força exercida pelo *National City Bank* de Nova York. Ele anseia por mais do que a manutenção da presente situação no Haiti; em verdade, o banco se esforça por aumentar sempre sua lucratividade ali. Por detrás da Ocupação, operando conjuntamente com o Departamento de Estado, se posta essa grande instituição bancária de Nova York e alhures. Os potentados financeiros aliam-se com aqueles que irão lucrar face ao controle do Haiti. O corpo de Fuzileiros Navais dos EUA e os vários escritórios americanos instalados na ilha, “Democratas mercedores”, que ajudam a manter o *status quo*, estão, relativamente, trabalhando para grandes interesses financeiros de seu país, embora sejam o Tio Sam e o Haiti quem pague seus salários.

O Sr. Roger L. Farnham, vice-presidente do *National City Bank*, foi, efetivamente, o instrumento da operação de Ocupação do Haiti pelos EUA. De seu escritório em Washington, a palavra do Sr. Farnham se impõe sobre a de qualquer outra pessoa na ilha. Enquanto o Sr. Bailley-Blanchard, com o título de ministro, é seu representante de direito, de fato quem o representa é o Sr. Farnham. Suas idas e vindas se dão a bordo de navios da armada dos EUA. Seu banco, o *National City*, é quem dirige o Banco Nacional do Haiti, por instrumento da Ocupação<sup>2</sup>. Apenas algumas semanas atrás, foi nomeado para assumir o controle do Sistema Ferroviário do Haiti, que controla, praticamente, todo o sistema ferroviário da ilha, com completa concessão em todo território<sup>3</sup>. A usina de açúcar no valor de US\$ 5 milhões, situada em Porto Príncipe, é tida comumente como prestes a cair em suas mãos.

Agora, de todas as diversas e variadas responsabilidades, expressas, implícitas ou assumidas pelos EUA no Haiti, naturalmente terão de ter suas obrigações financeiras cumpridas adiantadamente. De fato, a república irmã, Santo Domingo, foi invadida pelos fuzileiros navais dos Estados Unidos, por sua incapacidade de pagar sua dívida interna. Mas o Haiti por mais de um século, criteriosamente, pagou seus débitos, tanto interno quanto externo – fato merecedor de ser lembrado quando se ouve falar em “anarquia e desordem” nessa terra – até cinco anos atrás, quando sob o comando financeiro dos EUA o pagamento de sua dívida interna, mas com exceção da dívida externa entrou em mora; isto apesar de rendas específicas serem penhoradas para o pagamento de juros. À parte a clara injúria à honra e reputação do país, a

<sup>2</sup> O *National City Bank*, originalmente (por volta de 1911) adquiriu 2.000 ações do capital do Banco Nacional do Haiti. Após a Ocupação, adquiriu adicionais 6.000 ações que se encontram em poder de três instituições financeiras de Nova York. Desde então, passou a fazer gestões pela compra do restante do capital, em mãos de instituições francesas. O contrato para transferência do comando do banco, sob as leis do Haiti, foi acordado e assinado em Washington, em fevereiro último. Mas a demora em completar esses entendimentos deveu-se a um impasse entre o Departamento de Estado e o *National City Bank*, de um lado, e o governo do Haiti, do outro, os primeiros insistindo em incluir no contrato uma cláusula proibindo o ingresso e saída de moeda estrangeira no Haiti, senão que sob o controle de um consultor financeiro. A essa nova imposição o governo do Haiti se recusava aceitar.

<sup>3</sup> Originariamente, o Sr. James P. McDonald conseguiu do governo do Haiti uma concessão para construir ferrovias sob licença do Sistema Ferroviário do Haiti. Ele conseguiu que *W. R. Grace & Company* financiasse a concessão. Grace e sua companhia formaram um cartel sob a égide do *National City Bank*, que emitiu US\$ 2.500.000 em apólices, que foram vendidas na França. Essas apólices eram garantidas pelo governo do Haiti, pagando um juro de 6%. Pouco após a sua emissão, o Sr. Farnham se tornou o presidente da companhia. O cartel adiantou outros US\$2.000.000 para a conclusão da ferrovia, de acordo com a concessão assegurada pelo governo do Haiti. O dinheiro foi usado, mas o trabalho não se completou nos termos do contrato firmado. O governo do país, então, se recusou continuar pagando os juros estipulados. Esses acontecimentos se deram antes de 1915.

privação sofrida pelo povo foi imensa. Por um tempo, a dívida externa era suportada apenas pela França, que se encontrava sob forte cometimento financeiro para com os EUA, desde o início da guerra [1914], por isto não podia efetivamente protestar; quanto à dívida interna, era suportada pelos cidadãos do Haiti. Bônus do governo haitiano eram há muito reconhecidos como investimento substancial; bons como os dos EUA, dos estados e municípios, para as pessoas empreendedoras e para a classe média. O não pagamento desses bônus colocou inúmeras famílias na miséria.

O que aconteceu com esses bônus? Estão sendo vendidos por uma ninharia, pelo pouco dinheiro que possam valer. Pessoas muito próximas ao Banco Nacional do Haiti são compradores interessados. É que, ao ser concedido um novo empréstimo ao país, haverá provisão para esses bônus antigos serem descontados pelo valor de face. Os lucros serão mais do que atrativos. Não que o *National Bank* não haja colhido fartamente no alvorecer da ocupação americana. Desde o início, foi o único depositário dos valores alocados pelo governo americano para a Ocupação, recebendo, além dos juros, uma comissão sobre todos os montantes depositados. O banco é o único agente também na transferência desses fundos. Da mesma forma, detém a exclusividade na emissão de moeda na república. Ao mesmo tempo, reclamações se espalhavam entre os negociantes haitianos da falta de crédito para si, como ocorria outrora – fazendo com que os recursos fossem empregados apenas em projetos próprios do banco.

Agora, uma das promessas feitas ao governo haitiano, em parte para acalmar as dúvidas e temores, quanto aos propósitos e caráter da intervenção americana, foi a de que os Estados Unidos poriam as finanças daquele país em bases sólidas e substanciais. Um empréstimo de 30 milhões de dólares ou mais se constituía em uma das promessas de futuro auxílio. Concorde com esse plano, um consultor para o Haiti seria apontado, na pessoa de John Avery McIlhenny. Quem é o senhor McIlhenny? Ele tem o cordial apoio e comando de pessoa tão hábil quanto o senhor Farham. Ele nasceu na Ilha de Avery, paróquia de Ibéria, na Louisiana; frequentou por um ano a Universidade de Tulane; foi soldado na milícia da Louisiana por cinco anos; guarda na Cavalaria dos EUA em 1898, tendo sido promovido a segundo tenente por ato de bravura em ação, em San Juan; foi membro da Assembléia Legislativa e do Senado da Louisiana; membro de comissão do Serviço Civil dos EUA, em 1906 e presidente do mesmo órgão em 1913. Era do partido Democrata. É sob sua assessoria que os juros continuaram em mora, apenas com uma exceção já antes assinalada, quando muitos meses atrás 3 milhões de dólares foram convertidos em francos para atender aos juros em atraso do principal da dívida externa. Isto causou grande dissabor para os haitianos que viram a conversão ser feita ao valor de 9 francos por dólar e, em seguida, a taxa de conversão subiu para 14 francos por dólar, num prejuízo considerável para as finanças, causado pelo senhor McIlhenny. De fato, a inadequação por falta de preparo e experiência para tão delicada e importante posição do senhor McIlhenny é algo reconhecido como quase uma unanimidade no Haiti.

No momento atual, o senhor McIlhenny tornou-se uma figura proeminente na história da Ocupação do Haiti, como o instrumento pelo qual o *National City Bank* está se empenhando em completar o atraente travamento de seu controle financeiro sobre a ilha. Mas, embora possa parecer que o absoluto controle militar sob o qual o Haiti está preso permitiria às forças

poderosas conquistar praticamente qualquer coisa que desejassem, eram espertos, seus executores, o bastante para presumir que um dia de ajuste de contas, como, por exemplo, uma mudança no governo dos Estados Unidos, pode estar por acontecer. Assim, mostram-se ansiosos por ver tudo assinalado, selado e completo. Pois, qualquer coisa, é claro, que os haitianos hajam “consentido plenamente”, ninguém poderá, razoavelmente, por em dúvida.

Uma pequena história recente: em fevereiro deste ano, ministros de diferentes áreas, a fim de se adequarem ao disposto em lei (artigo 116 da Constituição do Haiti, o qual foi imposto em 1918 pela Ocupação<sup>4</sup> e o artigo segundo da Convenção Haitiana-americana<sup>5</sup>) iniciaram a trabalhar visando preparar as contas do ano fiscal 1918-1919, e o orçamento para 1920-1921. Em 22 de março um esboço do orçamento foi enviado para o senhor A. J. Maumus, assessor financeiro em exercício, na ausência de McIlhenny, que cumpria naquele momento uma estada nos EUA de sete meses. Então, Maumus sugeriu que toda e qualquer apreciação fosse suspensa, até o retorno de McIlhenny. Todavia, os legisladores, em cumprimento à lei, abriram a Sessão Legislativa na data constitucional, segunda feira, 5 de abril. Apesar da grande urgência da matéria em pauta, o Legislativo foi obrigado a esperar até 1º de junho, quando McIlhenny retornaria ao Haiti. Diversas reuniões com vários ministros ocorreram. Em 12 de junho, numa dessas reuniões, chegou, ao invés do assessor financeiro, uma nota onde estava dito que todas as discussões sobre o orçamento deveriam ser suspensas “*até quando certos negócios de considerável importância para o bem-estar do país seriam finalmente ajustados, de acordo com recomendações que me foram feitas pelo governo do Haiti*”. Como ele não deu, no bilhete, qualquer indicativo de quais seriam tais importantes negócios, o secretário de Finanças do Haiti escreveu-lhe solicitando esclarecimentos, ao mesmo tempo chamando a atenção para o já grande e embaraçosa demora, e ainda lembrando McIlhenny que a preparação das contas e do orçamento era um de seus deveres legais, na qualidade de funcionário adido ao governo haitiano, dos quais não poderia se desobrigar por si mesmo.

Em 19 de julho, McIlhenny, justificando sua prévia omissão, num memorando endereçado ao Departamento de Finanças do Haiti, dizia: “*Tenho ordens do Departamento de Estado dos EUA, transmitidas pouco antes de partir para o Haiti, num trecho de correspondência de 20 de maio, para declarar ao Governo do Haiti que se faz necessário sua imediata e formal aprovação para:*

1. *Uma modificação no Contrato com o Banco, acordado entre o Departamento de Estado e o National City Bank, de Nova York.*
2. *Transferência do Banco Nacional da República do Haiti para um novo banco a ser registrado sob as leis do Haiti, a ser identificado como “The National Bank of the Republic of Haiti”.*
3. *Execução do artigo 15 do Contrato de Saques, proibindo a importação e exportação de moeda haitiana, exceto aquela que possa ser necessária aos negócios comerciais, ouvida a opinião do assessor financeiro.*

<sup>4</sup> “As contas gerais e os orçamentos prescritos pelo artigo antecedente devem ser submetidos ao corpo Legislativo pelo secretário de Finanças, em não mais do que oito dias após a abertura da Sessão Legislativa.”

<sup>5</sup> “O presidente do Haiti deve nomear, por indicação do presidente dos EUA, um assessor financeiro que deverá se vincular ao Ministério das Finanças, a quem o secretário (das Finanças) deve emprestar auxílio efetivo no desempenho de suas tarefas. O assessor financeiro deverá operar à margem do sistema de contabilidade pública, devendo ajudar no aumento das arrecadações e no seu ajustamento às despesas.

Agora, qual o significado e conseqüência dessas propostas? Todos os detalhes não foram dados a conhecer, mas é sabido que elas fazem parte de uma nova legislação monetária para o Haiti, envolvendo a integral transferência do *Banque Nationale d'Haiti* para o *National City Bank*, de Nova York. Os documentos, anexando os acordos, com exceção da cláusula que proíbe a importação de moeda estrangeira, foram assinados em 6 de fevereiro de 1920, em Washington pelo senhor McIlhenny, pelo embaixador do Haiti junto a Washington e pelo secretário de Finanças do Haiti. *O governo haitiano declarou oficialmente que a cláusula proibindo a importação e exportação de moeda estrangeira, exceto quando possa ser necessário no julgamento do assessor financeiro, foi acrescentada ao acordo original por alguma parte desconhecida.* É com o objetivo de compelir o governo do Haiti a aprovar os acordos, inclusive a “cláusula da proibição”, que pressão está sendo agora imposta. Esforços da parte de interesses comerciais no Haiti para entender o caráter e escopo do que havia sido decidido em Washington era protegido por fechado segredo. Todavia, de suas conseqüências, para entender, bastava saber das razões para a injustificada, mas definitiva recusa do presidente Dartiguenave e do governo em dar sua aprovação. Essas razões se apoiavam em que os acordos dariam ao *National Bank of Haiti* e conseqüentemente ao *National City Bank of New York*, monopólio exclusivo sobre os direitos de importação e exportação no Haiti de dinheiro americano e de outras nacionalidades, monopólio que representariam o privilégio de lucros extraordinários e sem paralelo.

A proposta que se continha nesse acordo fez gerar vigoroso protesto de parte de todos os envolvidos nos mecanismos bancários e comerciais do país, com exceção, é claro, do *National Bank of Haiti*. Tal protesto foi transmitido ao ministro haitiano das Finanças em 30 de julho passado. O protesto é assinado não apenas por haitianos e europeus com negócios no país, mas por outros interesses americanos como *The American Foreign Banking Corporation*, *The Haitian American Suggar Company*, *The Panama Railroad Steamship Line*, *The Clyde Steamship Line* e *The West Indies Trading Company*. Dentre os estrangeiros estavam *Royal Bank of Canada*, *Le Comptoir Français*, *Le Comptoir Commercial*, além de um grande número de outras empresas.

Tem-se, agora, no Haiti uma situação triangular envolvendo o *National City Bank* e o nosso Departamento de Estado em dois cantos – no terceiro canto, o governo do Haiti. Pressões se fazem para que venha o governo haitiano a impor um monopólio que se mostra desenhado para dar ao *National City Bank* poderio sobre a vida financeira do país. Com o governo do Haiti se recusando a capitular, tem-se a figura do assessor financeiro, que de acordo com a convenção assinada pelos EUA e o Haiti, tem certos encargos (caso de aprovação do orçamento e das contas), recusa-se desempenhá-los até que o governo ceda às pressões em curso.

O Haiti está experimentando, agora, o “terceiro degrau”. Desde que o Contrato Bancário foi acordado em Washington o aumento da pressão deu-se de forma a fazer com que o governo daquele país aceite a cláusula proibindo a importação de moedas estrangeiras. O senhor McIlhenny, agora conta com os salários iguais aos de presidente, ministros de departamentos, membros do Conselho de Estado e de intérprete oficial [Esses salários não foram pagos desde 1º de julho]. E assim a matéria se mantém pendente.

Algumas coisas podem acontecer. A Administração, considerando os métodos em curso como insuficientes, pode decidir por agir como o fez em Santo Domingo, depondo o presidente, o gabinete e todo o governo civil, como já haviam destituído o Congresso do Haiti – pondo em ação uma força puramente militar. A firme recusa haitiana de abrir mão de seu direito natural, fez com que as forças militares, civis e econômicas se mostrassem incapazes de atingir seus objetivos. Ou, com uma eleição e provável mudança de administração no país iminente, com uma investigação no Congresso à vista, podem achar que o assunto é “muito difícil” e o *National City Bank* poderá encontrar noutro lugar algo mais fácil. Do ponto de vista do *National City Bank*, por certo, a instituição não fez nada que não seja sagradamente legítimo, adequado e de acordo com os cânones dos grandes negócios que ocorrem no mundo todo, mas, em verdade, ensajou construtivos e generosos serviços para um retrógrado e incivilizado grupo, tentando promover suas ferrovias, desenvolver seu país e formatar sonoramente suas finanças. Que o senhor Farnham e aqueles que a ele se associaram tinham essa visão, sinceramente não há dúvidas. Mas que os haitianos, após mais de um século de autogoverno e liberdade, lamentavam o assassinato de mais de três mil de seus filhos, a perda de sua liberdade política e econômica, sem vantagens compensatórias que possam apreciar, pelo contrário, é também verdade.

#### IV. O POVO HAITIANO

À primeira vista, Porto Príncipe é talvez mais surpreendente para o experiente viajante latino-americano. As cidades caribenhas são do tipo hispano-americano, com prédios quadrados e baixos, construídos, de regra, em torno a uma praça, com residências e casas de comércio praticamente indistinguíveis. Porto Príncipe é mais uma cidade qual às das *rivieras* Francesa ou Italiana. Além da baía de profundíssimo azul, as montanhas em púrpura de Gonave assomam contra o céu ocidental se opondo às profundezas da enseada. Distante da zona comercial, espalhando-se em torno à baía, surgem verdejantes as montanhas, com suas residências brancas. A área residencial espalha-se sobre ladeiras que descem dos morros. Belas são as casas dos prósperos, imponentes mansões postas em verdejantes jardins, abrandados pelo flamejante carmesim das poinsetias (*flor-de-papagaio*). Apesar da imponência das montanhas, um edifício feito pelos homens domina a paisagem. Do centro da cidade uma imponente catedral gótica eleva seus pináculos por sobre a tranqüila cidade. Bem pavimentada e limpa, a cidade prolonga o encanto da primeira olhada. Cosmopolita, embora singular, com um ar de antiga, porém charmosa em si mesma, sente-se no ar uma atmosfera européia. Nos hotéis e nos cafés, os assuntos internacionais ouvem-se em vários idiomas. Refeições e serviços em geral são excelentes, assim mesmo baratos. No Café Dereix, fresco e escrupulosamente limpo, um jantar, compreendendo desde a entrada até o sorvete de sobremesa, com vinho, é claro, tudo lembrando famosos similares do período de antes da guerra em Paris e Nova York, pode custar seis *gourdes* [US\$ 1.25].

Um passeio de duas horas, pela cidade – através da área nova de prédios em tijolos e concreto, passando pela catedral erguida entre 1903 e 1912, andando pelo *Champ de Mars*, onde se posta o novo palácio presidencial, avançando pelo *Peu de Choses*, bairro no qual centenas de belas

residências e terrenos dos ricos se situam – permanentemente, afasta indagações de que os haitianos retrocederam ao longo dos 116 anos de sua independência.

Na cidade baixa, margeando a beira da água, em torno ao mercado e na *Rue Republicaine*, se posta a “*cor local*”. Longos corredores de casebres de madeira, as esquisitas pequenas cabines em torno ao mercado, ocupadas por vendedores tagarelas e com crianças seminuas, com corpos lindos, correndo de um canto para o outro, são não menos pitorescos e não mais primitivos, nem modestos, todavia mais limpos do que bairros similares em Nápoles, Lisboa, Marselha, e mais justificáveis do que as grandes favelas de centros civilizados como em Londres ou Nova York, que são completamente destituídas de redenção estética. Mas são apenas os modernistas na história que se mostram interessados em olhar para as massas como fatores na vida e desenvolvimento do país e em sua história. Para a história do Haiti, como de resto de todo o mundo, o foco durante este último século recaiu sobre os grupos culturais e educados. Para conhecer a vida de um haitiano, deve-se ter o privilégio de ser recebido como convidado na casa de um desse grupo – são os que vivem em belas casas. Na sua maioria foram educados na França; são polidos, brilhantes e sociáveis, demonstrando seu gosto pelo relacionamento social. As mulheres se vestem bem. Muitas são bonitas, e todas cheias de vida e chiques. Pessoas educadas de qualquer parte do mundo sentir-se-ão em casa, no melhor da sociedade haitiana. Se convidado a freqüentar o *Cercle Bellevue*, o mais famoso clube de Porto Príncipe, lá encontrará a atmosfera de cortesia de um clube de cavalheiros; ouvirá variados tipos de opiniões em questões públicas, e dificilmente não ficará impressionado com o conhecimento dos haitianos ali presentes, quanto a assuntos do mundo. Mas ali não estarão apenas estes, senão que gente do mundo cultural, como poetas, ensaístas, romancistas, historiadores, críticos – a elite intelectual. Tome por exemplo um escritor como Fernand Hibbert. Uma autoridade inglesa diz a seu respeito: “*Seus ensaios estão à altura da pena de Anatole France ou Pierre Loti*”. Há também Georges Sylvaine, poeta e ensaísta, além de conferencista na Sorbonne, onde suas palestras são recebidas com aclamação, autor de livros coroados pela Academia Francesa, sendo oficial da Legião de Honra. Hibbert e Sylvaine são apenas dois dentre uma dezena ou mais de haitianos contemporâneos, homens das letras, cujos trabalhos podem ser mensurados em padrões universais. Dois nomes que se destacam proeminentemente na literatura haitiana são Oswald Durand, o poeta nacional, que morreu há pouco, e Damocles Vieux. Essas pessoas educadas, cultas e intelectuais, não se constituem em coisa rara no Haiti; elas são o povo haitiano, e são a demonstração de suas inerentes potencialidades.

Todavia, Porto Príncipe não é tudo do Haiti. Outras cidades são suas pequenas réplicas, sendo muito interessante o povo dos distritos interioranos, onde, talvez a mais profunda impressão ao observador visitante seja dada pelas suas mulheres. Magnífico é vê-las em filas à margem das estradas – são centenas delas a caminho dos mercados, com seus turbantes brancos ou coloridos, argolas douradas nas orelhas, movendo-se a largos passos, gingando, quase arrogantes, movendo-se como inúmeras rainhas de Sabá. A gente interiorana do Haiti é bondosa, hospitaleira e polida, dificilmente simplória; ao contrário, perspicaz e imaginativa. Amante da música, com um profundo sentido de beleza e harmonia, essa gente vive de maneira simples,

mas saudável. As casinhas raramente possuem apenas uma peça – comumente têm duas ou mais, com um pequeno avarandado na entrada com outro atrás, e muitas janelas. Um toque estético está sempre presente – cercas vivas ou uma árvore com cascadeantes trepadeiras prenhes de coloridas florescências. Não há comparação entre a limpa parede caiada do casebre coberto de santa-fé do camponês haitiano e a tradicional cabana de madeira do Sul [dos EUA] ou das favelas dos mais indigentes subúrbios americanos. O mais notável a respeito dos casebres haitianos é sua invariável limpeza. Durante o dia, os campônios se movimentam em todas as direções, enquanto as mulheres, com suas vassouras, limpam suas casas de chão batido até deixá-las irretocáveis. Então, os jardins à volta das cabanas são vigorosamente atacados. De fato, nos distritos haitianos ninguém encontrará sujeira e miséria, como se encontram nas cidades afastadas de nosso Sul. Limpeza é um hábito e encontrar-se um haitiano sujo é uma exceção. As vestes dos estivadores parecem remendadas até que do tecido original quase nada reste, dando visível evidência, entretanto, de lavagem periódica. O autor recorda menção feita pelo senhor E. P. Pawley, americano que dirige uma das maiores empresas do Haiti. Ele disse que os haitianos se constituem num povo excepcionalmente limpo, que estatísticas mostram que o país importa mais sabão *per capita* do que qualquer outro país no mundo, e acrescentou: “*E eles o usam, também*”. Três dos maiores fabricantes de sabão nos EUA têm escritórios em Porto Príncipe.

A gente haitiana se constitui num esplêndido material para a edificação de uma nação. Não é indolente; pelo contrário, é laboriosa e econômica. Alguns analistas se enganam ao confundir métodos primitivos com indolência. Qualquer pessoa que viaje pelas estradas do Haiti se surpreende com centenas, talvez milhares de mulheres e jovens caminhando milha após milha com sua produção agrícola, carregada sobre suas cabeças ou no dorso de animais. Com meios mais atualizados, poderiam comercializar seus produtos de forma mais eficiente e com menos esforço. Mas, na falta desses meios, dispõem-se a caminhar e carregar. Para uma mulher caminhar 10 ou 15 quilômetros, carregando pesado fardo de seus produtos na cabeça, cujo resultado será escasso um dólar é algo primitivo, sem dúvida, e um desperdício de energia; mas jamais será indicativo de indolência. A deficiência dos haitianos não se põe em suas massas serem degradadas, indolentes ou imorais. É que são ignorantes, nem tanto por limitações mentais, como prevalente analfabetismo. Existe uma razão específica para tanto. De certa forma a língua francesa, nas colônias da França que contêm uma população negra, dividiu-se em dois ramos: francês e crioulo. Isto ocorre na Louisiana, Martinica, Guadalupe e também no Haiti. Crioulo é o francês africano e não deve ser concebido como um mero dialeto. Alguém de fala francesa não consegue entender o crioulo, com exceção de poucas palavras, a menos que aprenda isso. Crioulo é uma língua em si, a língua gráfica e muito expressiva. Muitas de suas construções seguem idioma africano. Por exemplo, em formando o superlativo de grandeza, alguém dirá em crioulo: “*Ele é grande dentre os grandes homens*”, e uma das mulheres do mercado, baseada num idioma nativo, dirá “*Você não deseja nada belo se você não compra isto*”. A elite haitiana, aproximadamente 500 mil, fala e conhece o francês, enquanto as massas, provavelmente mais de 2 milhões, falam somente em crioulo. O crioulo falado no Haiti está gramaticamente estruturado, mas não foi passado

para a forma escrita. Assim, essas massas não têm como receber ou transmitir pensamentos pela forma escrita. Não possuem livros para ler. Não acessam os jornais. Os filhos dos pobres estudam no colégio por uns poucos anos o francês, mas este nunca vem a se tornar seu idioma do dia-a-dia. Como forma de eliminar com o analfabetismo, o crioulo deveria se tornar uma língua escrita e falada. A incapacidade em tomar esta decisão é a maior falta do governo do país.

A questão da linguagem prova uma deficiência do Haiti de outra forma; ela isola o país das demais nações irmãs. Todas as nações latino-americanas, com exceção do Brasil, falam o espanhol, desfrutando uma relação com o mundo exterior que lhe é negado. Companhias dramáticas e musicais procedentes da Espanha, México e da Argentina, anualmente fazem turnês por todos os países de fala hispânica. O Haiti se priva desse tipo de cultura e diversão, pois para as companhias francesas visitar o Haiti e outras três ou quatro pequenas ilhas se constitui em algo antieconômico.

Muita ênfase tem sido dada à história cruenta do Haiti e suas numerosas revoluções. Sim, a história haitiana tem sido toda muito sangrenta, mas isto é comum em muitos outros lugares; apenas que a sanguinolência das revoluções haitianas têm sido injustificadamente aumentada. Um escritor pode visitar nosso próprio país e recortar da imprensa diária histórias de assassinatos, roubos, nas ruas de nossas principais cidades; surtos de violência, motins raciais, linchamentos e execução em fogueiras de seres humanos – e escrever um livro dizendo que a vida é absolutamente insegura nos EUA. A gravidade das freqüentes revoluções latino-americanas tem sido largamente amplificada. Este autor esteve em meio a três dessas revoluções e deve confessar que o tratamento que lhes é dado em nossas peças cômicas é pouco mais ousado do que a realidade, comparado ao tratamento que os jornais informam. Nem perto do que é noticiado; sua interferência na vida das pessoas é praticamente descartável. Também não se deve esquecer que as revoluções ocorrem sempre por ingerência de forças externas, amparadas por seus governos. Nada menos do que uma autoridade, senhor John H. Allen, vice-presidente do *National City Bank*, de Nova York, escrevendo sobre o Haiti, na edição de maio do jornal interno desse banco, diz: “Não é segredo que as revoluções eram financiadas por estrangeiros e se constituíam em fonte de lucrativa especulação”.

Em se tratando de mudanças de governo, o Haiti não deve ser comparado nem com os Estados Unidos, tampouco com a Inglaterra – senão que com outras repúblicas latino-americanas. Quando comparado com nosso vizinho de porta, o México, ver-se-á que o Haiti tem sido mais estável, que experimentou menos movimentos cruents e menos anarquia. E jamais deverá ser esquecido que até agora nenhum americano ou outro estrangeiro foi morto, ferido ou, até quando se pode constatar, foi sequer molestado. Nos 116 anos de independência do Haiti, houve 25 presidentes e 25 diferentes administrações. No México, durante seus 99 anos de independência, passaram 47 governantes e 87 administrações. “Corrupção” campeou, chocante às vezes, mas como fora na América a Máquina Tammany<sup>6</sup> e as arenas municipais. Assim, não se pode apontar acusadoramente para o Haiti neste ponto.

---

<sup>6</sup> Tammany Hall, ou simplesmente Máquina Tammany, foi o nome dado ao poderoso esquema de corrupção que tomou conta de Nova York ao correr do século 19.

Este é o povo cuja “inferioridade”, cuja “retrogradação”, cuja “selvageria” são avançadas, como uma justificativa para a intervenção – mesmo com a morte de três mil de seus indefesos filhos; com a morte de inúmeros de nossos jovens, objetivando enfim a egoística exploração de uma nação pelas altas finanças americanas; ainda com a destruição da mais preciosa herança americana: sua tradicional honestidade, seu senso de justiça, seu amparo aos oprimidos. “Inferioridade” foi a desculpa para um cruel imperialismo, até que os alemães invadiram a Bélgica, e isto se transformou em “necessidade militar”. No caso do Haiti não existe o menor vestígio de quaisquer das tradicionais justificativas, não comprovadas, como geralmente não o são, e não importa quanto de distorção, numa era quando a propaganda e a censura tiveram o seu apogeu, nenhum volume de difamação, mesmo num país profundamente discriminado onde o elemento cor está imiscuído, não servirão mais para obscurecer a consciência dos EUA, da vergonha eterna de seus últimos cinco anos no Haiti. *Fiat justitia, ruat coelum!*<sup>7</sup>

Em *The Nation*, 1920.

---

<sup>7</sup> “Fazer justiça, nem que caia o céu”.

## OPERAÇÕES MILITARES E CLANDESTINAS DOS EUA EM PAÍSES ESTRANGEIROS, DE 1798 ATÉ O PRESENTE

Global Policy Forum<sup>8</sup>  
December 2005

Nota: Esta lista não pretende ser definitiva ou absolutamente completa. Tampouco busca explicar ou interpretar as intervenções. Informação e interpretação sobre intervenções selecionadas serão posteriormente incluídas em links. Ainda, as operações dos EUA nas duas guerras mundiais foram aqui excluídas.

1798-1800	France	
Undeclared naval war against France, marines land in Puerto Plata.		
1801-1805	Tripoli	War with Tripoli (Libya), called "First Barbary War".
1806	Spanish Mexico	Military force enters Spanish territory in headwaters of the Rio Grande.
1806-1810	Spanish and French in Caribbean	US naval vessels attack French and Spanish shipping in the Caribbean.
1810	Spanish West Florida	Troops invade and seize Western Florida, a Spanish possession.
1812	Spanish East Florida	Troops seize Amelia Island and adjacent territories.
1812	Britain	War of 1812, includes naval and land operations.
1813	Marquesas Island	Forces seize Nukahiva and establish first US naval base in the Pacific.
1814	Spanish (East Florida)	Troops seize Pensacola in Spanish East Florida.
1814-1825	French, British and Spanish in Caribbean	US naval squadron engages French, British and Spanish shipping in the Caribbean.
1815	Algiers and Tripoli	US naval fleet under Captain Stephen Decatur wages "Second Barbary War" in North Africa.
1816-1819	Spanish East Florida	Troops attack and seize Nicholls' Fort, Amelia Island and other strategic locations. Spain eventually cedes East Florida to the US.
1822-1825	Spanish Cuba and Puerto Rico	Marines land in numerous cities in the Spanish island of Cuba and also in Spanish Puerto Rico.
1827	Greece	Marines invade the Greek islands of Argentiere, Miconi and Andross.
1831	Falkland/Malvinas Islands	US naval squadrons aggress the Falkland Islands in the South Atlantic.
1832	Sumatra, Dutch East Indies	US naval squadrons attack Qallah Battoo.
1833	Argentina	Forces land in Buenos Aires and engage local combatants.
1835-1836	Peru	Troops dispatched twice for counter-insurgency operations.
1836	Mexico	Troops assist Texas war for independence.
1837	Canada	Naval incident on the Canadian border leads to mobilization of a large force to invade Canada. War is narrowly averted.
1838	Sumatra, Dutch East Indies	US naval forces sent to Sumatra for punitive expedition.
1840-1841	Fiji	Naval forces deployed, marines land.
1841	Samoa	Naval forces deployed, marines land.
1842	Mexico	Naval forces temporarily seize cities of Monterey and San Diego.
1843	China	Marines land in Canton.
1843	Ivory Coast	Marines land.
1846-1848	Mexico	Full-scale war. Mexico cedes half of its territory to the US by the Treaty of Guadeloupe Hidalgo.
1849	Ottoman Empire (Turkey)	Naval force dispatched to Smyrna.
1852-1853	Argentina	Marines land in Buenos Aires.
1854	Nicaragua	Navy bombards and largely destroys city of San Juan del Norte. Marines land and set fire to the city.
1854	Japan	Commodore Perry and his fleet deploy at Yokohama.
1855	Uruguay	Marines land in Montevideo.
1856	Colombia (Panama Region)	Marines land for counter-insurgency campaign.
1856	China	Marines deployed in Canton.
1856	Hawaii	Naval forces seize small islands of Jarvis, Baker and Howland in the Hawaiian Islands.
1857	Nicaragua	Marines land.
1858	Uruguay	Marines land in Montevideo.
1858	Fiji	Marines land.
1859	Paraguay	Large naval force deployed.
1859	China	Troops enter Shanghai.
1859	Mexico	Military force enters northern area.
1860	Portuguese West Africa	Troops land at Kissembó.
1860	Colombia (Panama Region)	Troops and naval forces deployed.
1863	Japan	Troops land at Shimonoseki.
1864	Japan	Troops landed in Yedo.
1865	Colombia (Panama Region)	Marines landed.
1866	Colombia (Panama Region)	Troops invade and seize Matamoros, later withdraw.
1866	China	Marines land in Newchwang.

<sup>8</sup> Esta é uma publicação da ONU, e seu conteúdo está disponível em [www.globalpolicy.org/component/content/article/155/26024.html](http://www.globalpolicy.org/component/content/article/155/26024.html)

1867	Nicaragua	Marines land in Managua and Leon in Nicaragua.
1867	Formosa Island (Taiwan)	Marines land.
1867	Midway Island	Naval forces seize this island in the Hawaiian Archipelago for a naval base.
1868	Japan	Naval forces deployed at Osaka, Hiogo, Nagasaki, Yokohama and Negata.
1868	Uruguay	Marines land at Montevideo.
1870	Colombia	Marines landed.
1871	Korea	Forces landed.
1873	Colombia (Panama Region)	Marines landed.
1874	Hawaii	Sailors and marines landed.
1876	Mexico	Army again occupies Matamoros.
1882	British Egypt	Troops land.
1885	Colombia (Panama Region)	Troops land in Colon and Panama City.
1885	Samoa	Naval force deployed.
1887	Hawaii	Navy gains right to build permanent naval base at Pearl Harbor.
1888	Haiti	Troops landed.
1888	Samoa	Marines landed.
1889	Samoa	Clash with German naval forces.
1890	Argentina	US sailors land in Buenos Aires.
1891	Chile	US sailors land in the major port city of Valparaiso.
1891	Haiti	Marines land on US-claimed Navassa Island.
1893	Hawaii	Marines and other naval forces land and overthrow the monarchy. Read More   President Cleveland's Message
1894	Nicaragua	Marines land at Bluefields on the eastern coast.
1894-1895	China	Marines are stationed at Tientsin and Beijing. A naval ship takes up position at Newchwang.
1894-1896	Korea	Marines land and remain in Seoul.
1895	Colombia	Marines are sent to the town Bocas del Toro.
1896	Nicaragua	Marines land in the port of Corinto.
1898	Nicaragua	Marines land at the port city of San Juan del Sur.
1898	Guam	Naval forces seize Guam Island from Spain and the US holds the island permanently.
1898	Cuba	Naval and land forces seize Cuba from Spain.
1898	Puerto Rico	Naval and land forces seize Puerto Rico from Spain and the US holds the island permanently.
1898	Philippines	Naval forces defeat the Spanish fleet and the US takes control of the country.
1899	Philippines	Military units are reinforced for extensive counter-insurgency operations.
1899	Samoa	Naval forces land
1899	Nicaragua	Marines land at the port city of Bluefields.
1900	China	US forces intervene in several cities.
1901	Colombia/Panama	Marines land.
1902	Colombia/Panama	US forces land in Bocas de Toro
1903	Colombia/Panama	With US backing, a group in northern Colombia declares independence as the state of Panama
1903	Guam	Navy begins development in Apra Harbor of a permanent base installation.
1903	Honduras	Marines go ashore at Puerto Cortez.
1903	Dominican Republic	Marines land in Santo Domingo.
1904-1905	Korea	Marines land and stay in Seoul.
1906-1909	Cuba	Marines land. The US builds a major naval base at Guantanamo Bay.
1907	Nicaragua	Troops seize major centers.
1907	Honduras	Marines land and take up garrison in cities of Trujillo, Ceiba, Puerto Cortez, San Pedro, Laguna and Choloma.
1908	Panama	Marines land and carry out operations.
1910	Nicaragua	Marines land in Bluefields and Corinto.
1911	Honduras	Marines intervene.
1911-1941	China	The US builds up its military presence in the country to a force of 5000 troops and a fleet of 44 vessels patrolling China's coast and rivers.
1912	Cuba	US sends army troops into combat in Havana.
1912	Panama	Army troops intervene.
1912	Honduras	Marines land.
1912-1933	Nicaragua	Marines intervene. A 20-year occupation of the country follows.
1913	Mexico	Marines land at Ciaris Estero.
1914	Dominican Republic	Naval forces engage in battles in the city of Santo Domingo.
1914	Mexico	US forces seize and occupy Mexico's major port city of Veracruz from April through November.
1915-1916	Mexico	An expeditionary force of the US Army under Gen. John J. Pershing crosses the Texas border and penetrates several hundred miles into Mexican territory. Eventually reinforced to over 11,000 officers and men.
1914-1934	Haiti	Troops land, aerial bombardment leading to a 19-year military occupation.
1916-1924	Dominican Republic	Military intervention leading to 8-year occupation.
1917-1933	Cuba	Landing of naval forces. Beginning of a 15-year occupation.
1918-1920	Panama	Troops intervene, remain on "police duty" for over 2 years.
1918-1922	Russia	Naval forces and army troops fight battles in several areas of the country during a five- year period.
1919	Yugoslavia	Marines intervene in Dalmatia.
1919	Honduras	Marines land.

	1920	Guatemala	Troops intervene.
	1922	Turkey	Marines engaged in operations in Smyrna (Izmir).
	1922-1927	China	Naval forces and troops deployed during 5-year period.
	1924-1925	Honduras	Troops land twice in two-year period.
	1925	Panama	Marines land and engage in operations.
	1927-1934	China	Marines and naval forces stationed throughout the country.
	1932	El Salvador	Naval forces intervene.
	1933	Cuba	Naval forces deployed.
	1934	China	Marines land in Foochow.
	1946	Iran	Troops deployed in northern province.
	1946-1949	China	Major US army presence of about 100,000 troops, fighting, training and advising
local combatants.			
	1947-1949	Greece	US forces wage a 3-year counterinsurgency campaign.
	1948	Italy	Heavy CIA involvement in national elections.
	1948-1954	Philippines	Commando operations, "secret" CIA war.
	1950-1953	Korea	Major forces engaged in war in Korean peninsula.
	1953	Iran	CIA overthrows government of Prime Minister Mohammed Mossadegh. Read More
	1954	Vietnam	Financial and materiel support for colonial French military operations, leads eventually to
direct US military involvement.			
	1954	Guatemala	CIA overthrows the government of President Jacobo Arbenz Guzman.
	1958	Lebanon	US marines and army units totaling 14,000 land.
	1958	Panama	Clashes between US forces in Canal Zone and local citizens.
	1959	Haiti	Marines land.
	1960	Congo	CIA-backed overthrow and assassination of Prime Minister Patrice Lumumba.
	1960-1964	Vietnam	Gradual introduction of military advisors and special forces.
	1961	Cuba	CIA-backed Bay of Pigs invasion.
	1962	Cuba	Nuclear threat and naval blockade.
	1962	Laos	CIA-backed military coup.
	1963	Ecuador	CIA backs military overthrow of President Jose Maria Valesco Ibarra.
	1964	Panama	Clashes between US forces in Canal Zone and local citizens.
	1964	Brazil	CIA-backed military coup overthrows the government of Joao Goulart and Gen. Castello
Branco takes power. Read More			
	1965-1975	Vietnam	Large commitment of military forces, including air, naval and ground units numbering up to 500,000+ troops. Full-scale war, lasting for ten years.
	1965	Indonesia	CIA-backed army coup overthrows President Sukarno and brings Gen. Suharto to
power.			
	1965	Congo	CIA backed military coup overthrows President Joseph Kasavubu and brings Joseph Mobutu
to power.			
	1965	Dominican Republic	23,000 troops land.
	1965-1973	Laos	Bombing campaign begin, lasting eight years.
	1966	Ghana	CIA-backed military coup ousts President Kwame Nkrumah.
	1966-1967	Guatemala	Extensive counter-insurgency operation.
	1969-1975	Cambodia	CIA supports military coup against Prince Sihanouk, bringing Lon Nol to
power. Intensive bombing for seven years along border with Vietnam.			
	1970	Oman	Counter-insurgency operation, including coordination with Iranian marine invasion.
	1971-1973	Laos	Invasion by US and South Vietnames forces.
	1973	Chile	CIA-backed military coup ousts government of President Salvador Allende. Gen. Augusto
Pinochet comes to power.			
	1975	Cambodia	Marines land, engage in combat with government forces.
	1976-1992	Angola	Military and CIA operations.
	1980	Iran	Special operations units land in Iranian desert. Helicopter malfunction leads to aborting of
planned raid.			
	1981	Libya	Naval jets shoot down two Libyan jets in maneuvers over the Mediterranean.
	1981-1992	El Salvador	CIA and special forces begin a long counterinsurgency campaign.
	1981-1990	Nicaragua	CIA directs exile "Contra" operations. US air units drop sea mines in
harbors.			
	1982-1984	Lebanon	Marines land and naval forces fire on local combatants.
	1983	Grenada	Military forces invade Grenada.
	1983-1989	Honduras	Large program of military assistance aimed at conflict in Nicaragua.
	1984	Iran	Two Iranian jets shot down over the Persian Gulf.
	1986	Libya	US aircraft bomb the cities of Tripoli and Benghazi, including direct strikes at the official
residence of President Muamar al Qadaffi.			
	1986	Bolivia	Special Forces units engage in counter-insurgency.
	1987-1988	Iran	Naval forces block Iranian shipping. Civilian airliner shot down by missile cruiser.
	1989	Libya	Naval aircraft shoot down two Libyan jets over Gulf of Sidra.
	1989	Philippines	CIA and Special Forces involved in counterinsurgency.
	1989-1990	Panama	27,000 troops as well as naval and air power used to overthrow government of
President Noriega.			
	1990	Liberia	Troops deployed.
	1990-1991	Iraq	Major military operation, including naval blockade, air strikes; large number of
troops attack Iraqi forces in occupied Kuwait.			
	1991-2003	Iraq	Control of Iraqi airspace in north and south of the country with periodic attacks on
air and ground targets.			
	1991	Haiti	CIA-backed military coup ousts President Jean-Bertrand Aristide.

	1992-1994	Somalia	Special operations forces intervene.
	1992-1994	Yugoslavia	Major role in NATO blockade of Serbia and Montenegro.
	1993-1995	Bosnia	Active military involvement with air and ground forces.
	1994-1996	Haiti	Troops depose military rulers and restore President Jean-Bertrand Aristide to office.
	1995	Croatia	Krajina Serb airfields attacked.
	1996-1997	Zaire (Congo)	Marines involved in operations in eastern region of the country.
	1997	Liberia	Troops deployed.
	1998	Sudan	Air strikes destroy country's major pharmaceutical plant.
	1998	Afghanistan	Attack on targets in the country.
	1998	Iraq	Four days of intensive air and missile strikes.
	1999	Yugoslavia	Major involvement in NATO air strikes.
	2001	Macedonia	NATO troops shift and partially disarm Albanian rebels.
	2001	Afghanistan	Air attacks and ground operations oust Taliban government and install a new regime.
	2003	Iraq	Invasion with large ground, air and naval forces ousts government of Saddam Hussein and establishes new government.
	2003-present	Iraq	Occupation force of 150,000 troops in protracted counter-insurgency war
	2004	Haiti	Marines land. CIA-backed forces overthrow President Jean-Bertrand Aristide.